



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.
Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.

ENTRE RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS: A FACE FEMININA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

REGIA MARIA PRADO PINTO¹

Resumo: Este artigo discute a realidade das mulheres em situação de rua, analisando as principais formas de violações dos seus direitos nos espaços urbanos. O percurso teórico-metodológico é construído a partir de estudos bibliográficos e pesquisa de campo realizadas na dissertação de mestrado desta autora. A pesquisa identificou que o número de mulheres em situação de rua é significativamente menor dos que homens. Mas, essas mulheres sofrem violações pela condição feminina e por estarem nas ruas. Diante disso, é imprescindível discutir as particularidades do “ser mulher nas ruas”, bem como contribuir no debate de políticas públicas em face das violações vivenciadas.

Palavras-chave: Mulheres em Situação de Rua; Gênero; Desigualdades sociais; Direitos.

Abstract: This article discussed the reality of street women, analyzing the main forms of violations of their rights in urban spaces. The theoretical-methodological course is constructed from bibliographical studies and field research carried out in this author's dissertation. The survey found that the number of street women is significantly lower than that of men. But these women are being raped by women and being on the streets. Given this, it is essential to discuss the particularities of "being a woman on the streets", as well as contribute to the debate of public policies in the face of the violations experienced.

Keywords: Women in Street Situation; Gender. Social differences; Rights.

I - INTRODUÇÃO

É cada vez mais expressiva a presença de indivíduos e/ou famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sustento nos diversos espaços urbanos, principalmente nos grandes centros urbanos sob uma suposta (in) visibilidade da sociedade e do poder público.

Em 2009, a primeira Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua², realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Prefeitura Municipal de Maracanaú. E-mail: <regiapradop@gmail.com>

Fome/MDS identificou aproximadamente 50.000 adultos em situação de rua. Esta pesquisa mostrou ainda que 82% da população em situação de rua é formada por homens. Conclui-se que parcela feminina em situação de rua em termos numéricos é pouco significativo em relação à masculina. Mesmo que o número de mulheres seja inferior a parcela masculina, é imprescindível discutir as particularidades da condição feminina no contexto das ruas. Diante disso, o presente artigo tem o objetivo de analisar a realidade das mulheres em situação de rua a partir da pesquisa de campo e estudo bibliográficos.

I – A GÊNESE DA (RE) PRODUÇÃO DO FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: diálogos preliminares

É inconteste que a população em situação de rua é uma das expressões da questão social³, fruto das contradições gestadas na relação entre capital e trabalho inerente ao modo de produção capitalista. O fenômeno social população em situação de rua nos remonta as sociedades pré-industriais dos séculos XIV e XV, na Europa Ocidental, no processo a “chamada acumulação primitiva” que significou o processo histórico de separação entre o trabalhador e os meios de produção. É “primitiva” porque se constitui a pré-história do capital e o seu modo de produção. Nas palavras de Marx, “[...] o sistema inteiro da produção

² A Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, publicada em 2009, com o objetivo de caracterizar a população em situação de rua e subsidiar a formulação e implantação de políticas públicas voltadas para a realidade desse grupo populacional. A pesquisa abrangeu 23 capitais brasileiras independentemente do seu porte populacional e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. Entre as capitais, não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, pois estes municípios haviam realizado pesquisas semelhantes em anos anteriores, e nem Porto Alegre, porque realizou um estudo simultaneamente ao contratado pelo MDS. Os resultados dessas cidades foram incorporados. A pesquisa contemplou as pessoas com ou acima de 18 anos completos que aderiram de forma voluntária. Contudo, o qualitativo de pessoas entrevistadas não pode ser tomado como o totalidade pessoas em situação de rua, considerando que a pesquisa não englobou todas as cidades brasileiras, bem como crianças e adolescentes.

³ Segundo Marilda Iamamoto, a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista, fruto da relação entre o capital e trabalho. “Questão social” são as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária, bem como o seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

capitalista baseia-se no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria.” (MARX, 2013, p. 503).

Países da Europa, como a Inglaterra, nos séculos XV e primórdios do século XVI, deram início a uma sequência de transformações econômicas, sociais e políticas com intuito de garantir a sustentação do livre comércio e, posteriormente, o surgimento das primeiras fábricas. Com o intuito de alavancar o modo de produção capitalista, os primeiros burgueses cercaram as propriedades e expulsaram camponeses para a cidade. Assim, os pequenos proprietários, que antes produziam para o seu consumo e de sua família, foram obrigados a suprir suas necessidades no mercado mediante a venda da força de trabalho. Para Marx, “tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre”. (2013, p. 804).

Nesse processo, os camponeses expulsos de suas terras e obrigados a venderem a sua força de trabalho viviam sob uma rigorosa disciplina, péssimas condições de vida e de trabalho, além de baixos salários. Vale ressaltar que os camponeses eram acostumados com o modo de vida de subsistência no campo, muitos tinham dificuldades em se adaptar à nova disciplina burguesa. Além disso, as fábricas não absorviam todos trabalhadores livres arrancados das terras, transformavam-se em mendigos, andarilhos, pedintes que perambulavam pelas ruas. Essa população trabalhadora excedente não absorvida pelo capital, transforma-se em base da acumulação capitalista na medida em que representa uma reserva de mão de obra, capital variável em potencial. Em Marx,

Uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...]. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-

se num dos mais energéticos agentes de sua reprodução. (MARX, 2013, p. 707).

O movimento de acumulação do capital não se contenta com o volume da força de trabalho advinda do crescimento natural, pois necessita de um excedente de trabalhadores independentemente das condições naturais. Em Marx, a “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”. (2013, p. 690). Nesse sentido, é necessário um exército industrial de reserva, trabalhadores disponíveis condenados obrigatoriamente ao ócio e que está sempre disponível à exploração em qualquer tempo pelos detentores do capital. O capitalismo necessita permanentemente do *exército industrial de reserva*, ou seja, um contingente de proletários sobrantes, não absorvidos pelas indústrias, como uma estratégia fundamental no circuito da acumulação do capital. É nesse contexto que surge a população em situação de rua.

Diante do exposto, concluir-se que o fenômeno social população em situação de rua é antigo, mas, ganhou uma maior visibilidade com as constantes configurações capitalistas nos diversos tempos sócio-históricos, acirrando as desigualdades sociais em todo mundo, como analisa a seção a seguir.

II – TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS E O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO NA CENA CONTEMPORÂNEA

No sentido de retratar as configurações do capitalismo contemporâneo, foi realizado um recorte período sócio-histórico, a partir do Estado keynesiano-fordista, que predominou desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970; em seguida, destacamos alguns elementos da implantação do ideário neoliberal nos anos 1973/1974 até os dias atuais.

O mundo no século XX atravessava uma grave crise econômica marcada pela Grande Depressão dos anos 1929 a 1932 e os efeitos da Segunda Guerra Mundial. Esse período também foi palco de fortes tensionamentos advindos do movimento operário sob a forte influência de ideários comunistas que

exigiam respostas à situação de pobreza em que vivia a classe trabalhadora mediante a ampliação da atuação do Estado em diversas esferas, rompendo definitivamente com o pensamento liberal.⁴

Diante disso, o Estado passou a intervir intensamente na esfera da produção e do consumo, assumindo o papel de regulamentador e financiador por meio do repasse de recursos públicos para o setor privado, com o objetivo de garantir a acumulação do capital e o atendimento a uma pauta de reivindicações da classe trabalhadora por meio da oferta de serviços públicos, favorecendo a construção de um moderno conceito de proteção social, chamado de “*Welfare State*” ou “Estado de Bem-Estar Social”.

Meados dos anos 70, o Estado Keynesiano começa a dar sinais de crise e estagnação econômica, endividamento do Estado, altos índices inflacionários e o aumento do desemprego. Neste período, os Estados Unidos deixaram de ser a única potência mundial, como no período Pós-Guerra, outros países como Japão e Alemanha mudam este cenário, tornando o mercado mundial extremamente competitivo e ávido por mudanças no padrão de produção e acumulação do capital.

As empresas para atender o mercado extremamente competitivo, moderno e garantirem os seus lucros adotaram várias medidas no processo organizativo da produção, o método Japonês ou Toyotismo, que tem como base a flexibilidade no processo de contratação do trabalho e desregulamentação dos direitos trabalhistas através da terceirização, subcontrato ou empregos temporários. Esse modelo de acumulação flexível é marcado por um confronto direto com a rigidez do Fordismo.

O sistema do trabalho parcelado típico do fordismo foi substituído pelo modelo do trabalhador polivalente, responsável em exercer várias funções como o mesmo salário, reduzindo assim, o gasto na produção. A contratação de trabalhadores é submetida às necessidades da produção, tempos de baixa

⁴ O pensamento liberal é uma doutrina filosófica e econômica que teve início com o fim da sociedade feudal, nos meados dos séculos XIX até o século XX, cujos principais teóricos foram David Ricardo e principalmente Adam Smith. O liberalismo fundamentava-se nos princípios do individualismo, dos direitos naturais, trabalho como mercadoria e do mercado livre como centro da sociedade.

produção menos trabalhadores e em momentos de alta produção, contratam-se mais trabalhadores, de forma temporária. As grandes empresas adotaram um sistema chamado de “holding”, ou seja, “empresa mãe”, esta reúne ao seu redor pequenas empresas que fornecem partes dos produtos ou serviços, a terceirização. Tal medida desobriga as grandes empresas com os custos com a força de trabalho e os direitos trabalhistas.

As transformações no processo produtivo deram-se concomitantemente as mudanças na esfera estatal. O projeto neoliberal surge como uma reação ao “Welfare State”. Para os neoliberais, o endividamento do Estado deu-se pela sua excessiva intervenção no mercado e na sociedade. O Modelo Japonês está em sintonia direta com a lógica neoliberal. É preciso, um Estado mínimo para o social, e máximo para o mercado.

No “tempo presente” o capital financeiro assume cada vez o comando do processo de acumulação capitalista, trazendo implicações nos processos sociais, na economia, na política e na cultura. O capital opera como o principal propulsor da vida cotidiana. A contemporaneidade é marcada pela mundialização do capital, que se nutre dos investimentos, especulação financeira e juros da dívida pública. Essa lógica é sustentada por grandes corporações transnacionais, aliadas as instituições financeiras, como os bancos, os fundos de pensões e seguradoras. É dinheiro que gera dinheiro.

A expansão monopolista provoca a fusão entre o capital industrial e o bancário, dando origem ao domínio do capital financeiro em escala mundial. Essa lógica é sustentada por grandes corporações transnacionais, aliadas das instituições financeiras, como os bancos, os fundos de pensões e seguradoras. A acumulação do capital só é possível com a intervenção financeira, política e jurídica do Estado, garantindo a liberação e desregulamentação necessária ao mercado. O Estado promove incentivos fiscais e investimentos monetários por meio de repasse dos recursos públicos para o setor privado.

Todo esse processo tem contribuído para uma crescente distância entre ricos e pobres, um verdadeiro “apartheid social”. Para Alves, “(...) o capitalismo global explicita cada vez que é incapaz de realizar promessas de bem-

estar e emprego decente para bilhões de homens e mulheres assalariados (ALVES, 2011, p.39)”. O desemprego estrutural e as relações de trabalho precarizadas se ampliam à medida que as economias capitalistas não conseguem absorver o enorme contingente de trabalhadores disponíveis no mercado. O capitalismo sobrepõe o econômico acima da própria existência do ser humano e a vida do planeta. Para Iamamoto,

O capital, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento, aprofunda as desigualdades de toda natureza e torna, paradoxalmente, invisíveis as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. (IAMAMOTO, 2007, p.100)

As implicações desse processo têm sido o aumento do desemprego, empobrecimento da classe trabalhadora e acirramento das desigualdades sociais que se manifestam em diversas expressões a questão social, a exemplo do fenômeno social população em situação de rua, que ganha um maior visibilidade na cena contemporânea brasileira. Para David Harvey (2011, p. 28), “A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais.”

No caso brasileiro, o modelo capitalista dependente contribui para uma ampliação das desigualdades estruturais que se expressam na violência, exploração sexual de crianças e adolescentes, destruição dos recursos naturais, privatização dos espaços públicos, favelização, aumento do desemprego, precarização do trabalho, desmonte das políticas públicas, ausência de moradia digna, corrupção generalizada e segregação social e racial. Nas palavras de Silva:

O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constitui um fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, a elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo. (LOPES, 2009, p.115)

Para a autora, o fenômeno população em situação de rua é resultado das múltiplas determinações que têm suas origens na estrutura da sociedade capitalista. Ainda parafraseando Silva,

o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E como tal, é expressão incontestada da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo (SILVA, 2009, p.115).

A sociedade e o poder público tem pautado o debate sobre o fenômeno população em situação de rua desconectado do contexto do Modo de Produção Capitalista desigual e predatório adotado no Brasil. As representações sociais têm sido pautada no discurso da naturalização da pobreza, culpabilização do indivíduo pela condição de pobreza e de que a população em situação de rua é formado de pessoas “desocupadas”, “sujeitas”, “pedintes”, “vagabundas”, “perigosas”, dentre tantas outras. Nesse sentido, a seção propõe apresentar um panorama da caracterização da população em situação de rua de forma a contribuir no debate crítico e desmitificar as representações historicamente construídas pela sociedade e o poder público.

III. CARACTERIZAÇÃO DO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua publicada em 2009, apontou que a heterogeneidade é uma das principais características da população em situação de rua medida que é um grupo formado por indivíduos e/ou famílias que possuem histórias de vida diversas, diferentes motivos de inserção nas ruas, tempo de permanência, mas que têm em comum a

pobreza extrema. Nesse sentido, a Política Nacional para População em Situação de Rua, a população em situação de rua⁵ é um

Grupo populacional heterogênea que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporária ou como moradia provisória. (Decreto Nº 7.053/2009, art1º, Parágrafo Único)

A heterogeneidade foi confirmada na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua/2009, no tocante ao perfil socioeconômico, escolaridade, faixa etária, acesso a trabalho e renda, vínculos familiares e comunitários, histórias de vida, tempo de permanência nas ruas e as diferentes formas de inserção nas ruas, dentre outras.

No tocante aos motivos que levam os indivíduos e/ou famílias à situação de rua é uma síntese de uma multideterminações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores que conduzem a essa situação. A Pesquisa Nacional/2009 identificou que alcoolismo e/ou uso de drogas (35,5%), problemas de desemprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%) são os principais motivos pelos quais os entrevistados passaram a viver nas ruas. |Pesquisa de mestrado (2015) realizada pela autora, o desemprego é identificado como o principal motivo que leva indivíduos e/ou famílias a terem as ruas como espaços de moradia e/ou sustento. Em seguida são, à perda da moradia; conflitos familiares; uso de álcool e/ou drogas; problemas de saúde; rompimentos de vínculos familiares, à separação entre casais; e, por último, à situação de violência doméstica. Constata-se assim, a existência de uma multiplicidade e sobreposições de fatores que levam indivíduos e/ou famílias a terem as ruas como espaço de moradia e/ou sustento. Vale ressaltar que os motivos podem estar

⁵ A expressão “população em situação de rua” traduz e fortalece o conceito defendido pelo Movimento Nacional para População em Situação de Rua/MNPR que imprimiu, com muita luta e resistência, por meio do Decreto nº 7.053/2009, de 23 de dezembro de 2009. Consultar na íntegra o referido decreto em: <<http://www.mds.gov.br/>>.

correlacionados entre si, e têm como pano de fundo as estruturas desiguais inerente à sociedade capitalista brasileira.

A Pesquisa Nacional revelou ainda que (67%) é formado por negros ou pardos (95%) com baixa de escolaridade, que não sabem ler e escrever ou que possui apenas o primeiro grau completo. A baixa escolaridade também foi identificada na pesquisa de mestrado (2015), resultante da realidade de crianças, adolescentes e jovens são obrigados a trabalhar como estratégia de acesso à renda pelas famílias pobres nesse país. A pesquisa nacional identificou ainda que faixa etária entre 30 a 50 anos predomina nesta população. Para Lopes, “as diversas pesquisas realizadas utilizam faixas etárias diferenciadas, mas, em termos gerais, a população em situação de rua encontra-se sobretudo entre 25 a 55 anos.” (2009, p. 149).

A população em situação de rua é formada por trabalhadores/as, embora predominantemente inseridos/as no mercado informal de trabalho e sem renda fixa, desenvolvendo as atividades como catadores de material reciclável, flanelinhas, lavagem de carros e áreas ligadas ao artesanato. Além do desemprego, a população em situação de rua vivenciam diversas formas de violações, como: fome, desemprego, frio, calor, violência, xingamentos, tomadas de pertences e documentos, higienização, repulsa, preconceito, discriminação, dificuldades de acesso às políticas sociais e outras. Nessa esteira, as mulheres em situação de rua ainda vivenciam outras formas de violações dos seus direitos em face da condição de ser mulher e por estarem em situação de rua, como será analisado na seção que se segue.

IV- MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS

A pesquisa nacional citada anteriormente não tratou de forma específica o perfil das mulheres em situação de rua. Mas é necessário um debate acerca das particularidades das mulheres vivem nas ruas e as violações vivenciadas pela condição do seu gênero feminino.

Nesse sentido, a pesquisa de mestrado (2015) analisou as diversas formas de violações vivenciadas cotidianamente pelas mulheres em situação de rua dada a sua condição de gênero.⁶ As relações entre homens e mulheres nas ruas também são permeadas pela desigualdade de gênero e por relações de poderes. São construções social histórico, resultante de uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e machismo até os dias atuais no país. A sociedade brasileira ainda é marcada pela estrutura doméstica patriarcal, ou seja, uma centralidade na autoridade masculina. As relações de gênero são:

As formas de opressão, geradas a partir da questão de gênero, são uma realidade objetiva que atinge um contingente expressivo de mulheres e, neste sentido, só pode ser entendida no contexto sócio-histórico cultural, num movimento complexo e contraditório entre sociabilidade e individualidade entre as relações de gênero e a totalidade da vida social. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 2).

As relações de poder, disputas e formas de resistências permeiam as relações nas ruas. Para Foucault, os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. É que nada está isento de poder e que qualquer luta será sempre sinônima de resistência no interior da própria rede de poder. As relações de poderes não estão localizadas em um ponto específico da estrutura social. O poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Portanto, “(...) a rua é a própria existência” (RIO, 2007, p. 39).

As mulheres em situação de rua assumem cotidianamente afazeres domésticos e responsabilidades de cuidar dos outros em caso de adoecimento de algum amigo/a, bem como a organização do espaço ocupado pelo grupo.

Uma vez fiquei muito doente mesmo, quem me levou para o médico vou a R... Passou o dia lá comigo. Cuidando, sou muito grato a ela (Moreira da Silva).

Eu gosto de fazer as coisas. Quando eu pego uma vassoura, eu varro a praça. Eu gosto de limpar onde eu durmo (Olga Benário).

⁶ Neste trabalho, toma-se a categoria gênero como uma construção sócio-histórico nas relações entre homens e mulheres, em que a hierarquia e o poder se manifestam e se articulam.

Eu não sei ler e nem escrever. A R. me ajuda a receber o meu Bolsa Família. Ela me ajuda (Airton Sena)

A pesquisa de mestrado identificou que as mulheres em situação de rua já vivenciaram algum tipo de violência anteriormente por parte dos/as companheiros/a e/ou de outros membros da família. Inclusive, a violência doméstica é também um motivos que levam mulheres a terem as ruas como espaço de moradia e sustento. Nesse sentido, elas verbalizam que se sentem desvalorizadas como ser humano dada representações sociais, como mostram os relatos:

O preconceito das pessoas que passam por nós humilhando, quando a gente vai pedir tem pessoas que nem falam. Pessoas que passam pela gente faz xingamentos. A gente sofre muita discriminação. As pessoas não querem ajudar a gente. É muito preconceito e humilhação (Princesa Diana).

As pessoas olham muito para gente, principalmente quando a gente tá muito assanhada e com feridas no corpo, como estou agora. Às vezes, mangam de mim, porque sou magricela. Um dia, um homem deu empurrão em mim no meio da rua porque na rua. (RAQUEL DE QUEIROZ)

Essas mulheres enfrentam cotidianamente o preconceito, a ojeriza e a discriminação por parte da sociedade e do poder público pelo fato terem as ruas como moradia e/ou sustento, diferentemente do espaço que historicamente é destinado a elas, a casa. Além disso, a violência física é mais comum das violações sofridas pelas mulheres em situação de rua. Essa forma de violência é impetrada geralmente pelo próprio companheiro ou outros homens:

Faz quatro anos que estou com... Temos uma filha. [...]. Quando ele tá bebo, eu sumo da vista dele. Registrei um Boletim de Ocorrência. Eu sofro muita violência por parte dele (Dalva de Oliveira).

Eu já levei uma pedrada nas pernas quando eu estava dormindo. Passei muito tempo no Hospital. Um vigia falou que foi um morador de rua. (Olga Benário).

Uma vez um cara colocou uma faca na minha garganta, dei uma de boazinha para ele não me matar. (Raquel de Queiroz)

É recorrente notícias nos veículos de comunicação que expressam de preconceito e intolerância, conforme mostra o trecho a seguir:

Moradora de rua é assassinada com golpes de pedra. De acordo com informações, Cleonice teria sido assassinada após ser atingida com golpes de pedra. A moradora de rua foi encontrada morta no bairro Mondubim, Fortaleza, na manhã desta segunda-feira (10). De acordo com informações, Cleonice Rodrigues da Silva, de 36 anos, teria sido assassinada após ser atingida com faca. Ela foi encontrada próximo à lagoa do bairro. Ninguém foi preso. (MORADORA de rua..., 2014).

As participantes das entrevista diversas atividade com o objetivo de acesso à renda, como: catadoras de materiais recicláveis, vigias de carros e a flanelinhas nos sinais. A mendicância surge como a última estratégia para o obter renda. As entrevistadas afirmam que sempre trabalharam sem carteira assinada em diversas áreas: como empregada doméstica, artesã, vendedora e costureira, como o relato:

Eu morei em Brasília e trabalhava em casa de família, era empregada doméstica. Nunca trabalhei de carteira assinada. Sempre trabalhei.” (O.B).

O acesso ao trabalho e à renda é também marcado por diversas formas de violações e barreiras, conforme as falas revelam:

As pessoas falam que estou grávida que não posso trabalhar, preconceito é demais com a gente que vive nas ruas”. (Princesa Diana)

s pessoas pensam que a gente vai roubar. A negrada não confia. O povo não confia em dar trabalho (Bárbara de Alencar).

Não tenho estudo, se tivesse, eu tinha condições de trabalhar de carteira assinada. Para a sociedade, somos vagabundas, ladrões. A gente deveria ser tratado todos iguais. É muita humilhação. (Raquel de Queiroz).

As narrativas mostram ainda que essas mulheres também vivenciam violência física e moral durante as abordagens policiais, como: expulsão dos espaços públicos, retenção dos pertences e documentos, ameaças e humilhações. Nesse sentido, as participantes também usam de estratégias também.

Fico no alpendre que tem na delegacia, na calçada, é mais reservado. É melhor para minha segurança e não pego chuva. (Raquel de Queiroz).

Para a sociedade, somos vagabundas, ladrões. A gente deveria ser tratado todos iguais. É muita humilhação. (Raquel de Queiroz).

Dentre as violações que mais trazem sofrimentos para as mulheres em situação de rua, é o abuso sexual. Conforme o relato abaixo:

Teve outra vez, perto do terminal de ônibus, um cara me arrastou para dentro do mato e fez tudo o que quis. Era mais nova, foi tragédia, e esse meu filho mais velho é filho desse homem. Eu fiquei com nojo desse. Depois soube que era casado, e tava apaixonado por mim. Depois de tempos, tive notícias que ele morreu, mataram ele. [...]. O meu filho pensa que o pai dele foi um marido que tive, nunca disse para ele a verdade. Jamais quero magoar, não teve culpa (Olga Benário).

Em face dessa realidade, as mulheres em situação de rua constroem a estratégia de manterem um relacionamento com um homem como forma de garantir a proteção e não serem vítimas de abuso e violência sexual pelo demais no contexto das ruas. Tiene (2004) confirma em seus estudos que as mulheres em situação de rua nunca estão sozinhas, convivem em grupos como forma de garantir a proteção, elas possuem companheiros/as para se sentirem seguras, sendo muitas vezes submetidas sexualmente para garantir a sua segurança. As mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção. Seus corpos revelam traços de submissão e hostilidade. Elas constroem relações de proteção e mantêm uma relação de submissão com o gênero mais presente nas ruas, o sexo masculino.

O acesso aos serviços públicos é também marcado por vivências discriminatórias, negação dos seus direitos, atitudes estigmatizantes e preconceituosas por dos/as usuários/a que acessam as políticas públicas, bem como pelos profissionais. Ademais, as exigências formais e as documentações solicitadas pelas instituições constituem como barreiras na concretização dos direitos. É comum relatos de perdas ou roubos dos documentos.

A demora no atendimento é muito grande, hoje eu fui me consultar, mesmo eu chegando cedo, com muita dor, e só fui atendida porque estava com encaminhamento que assistente social me deu. O funcionário não queria entregar uma senha para mim. (Olga Benário)

As narrativas são permeadas de violações dos direitos à dignidades das mulheres em situação de rua, sobretudo, porque são expressões de sofrimentos e resistências do *viver (das) nas ruas*.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo possibilita uma análise crítica acerca da realidade das mulheres em situação de rua como uma das expressões da questão, resultante das desigualdades sociais gestadas na relação capital e trabalho no modo de produção capitalista. Nesse sentido, alguns questionamentos expostos no decorrer do artigo são retomados aqui no sentido de contribuir para o debate sobre a população em situação de rua, especificamente a realidade das mulheres em situação de rua.

As mulheres em situação de rua em termos numéricos é pouco significativo em relação aos homens, porém é imprescindível o investimento em pesquisas e estudos numa perspectiva de produzir conhecimentos que possam subsidiar políticas públicas específicas para o “ser mulher” nas ruas e que viabilizar a construção de novos projetos de vida com respeito à autonomia. Vale ressaltar que discutir a temática da população feminina em situação de rua é extremamente desafiante a medida que há poucas produções teóricas que

abordem a temática. Assim, torna-se urgente e necessário conhecer o modo de vida, suas territorialidade, suas relações em e suas dinâmicas no contexto das ruas.

A população feminina em situação de rua na cidade convive cotidianamente com a negação ou violações dos seus direitos pela sociedade e pelo poder público. Aliás, o ser mulher nas ruas é “o ser em constante violação dos seus direitos”. Além de serem vítimas da discriminação por morarem nas ruas, sofrem também com o machismo imposto em um espaço dominado pelos homens.

As mulheres nas ruas não se diferencie totalmente da realidade de muitas mulheres pobres que vivem nas periferias da cidade frente às violências impetradas pelo sexo masculino. É preciso conhecer suas especificidades no sentido de construir ações mais efetivas e que propiciem mudanças nas representações acerca dessas mulheres sem preconceito e discriminação. Adentrar na realidade do “ser mulher” nas ruas é imprescindível na elaboração de políticas públicas efetivas que viabilizem a construção de novos projetos de vida e um novo *ethos* para a população feminina em situação de rua.

É necessário a articulação entre as políticas públicas como; saúde, educação, saúde mental, previdência social, assistência social, trabalho e renda, habitação, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional com o proposito de prestar atendimento integral de modo a formar uma rede que assegure os direitos sociais. É urgente a superação de práticas higienizadoras, ações violentas de extermínios, perseguições, práticas moralizantes e de recolhimento das ruas. A exigência de apresentação de documentos, declaração de renda, comprovante de endereço, vivências discriminatórias, preconceituosas e de negação dos direitos são demonstrações de dificuldades de acesso as políticas públicas.

Diante do exposto, percebe-se inúmeros desafios para militantes, mulheres em situação de rua, profissionais e pesquisadores/as envolvidos no sentido de propor debates críticos e propositivos acerca da realidade mulheres em

situação de rua na construção de reflexões e atitudes que possam romper com as formas discriminatórias.

Por fim, este artigo visa uma possibilidade de elo entre a produção do conhecimento e a práxis social na perspectiva de contribuir com o processo de reflexão e de organização das mulheres em situação de rua pelos direitos. É um caminho a trilhar! Um longo caminho a percorrer, principalmente na perspectiva de contribuir para a superação das violações das mulheres em situação de rua e a construção de novos projetos de vida com respeito a autonomia e ao modo de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6, 2013. Projeto Editorial Práxis.

BRASIL. *Decreto Nº 7053, de 23 de dezembro de 2009*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Pesquisa Nacional Sobre a População Nacional em Situação de Rua*. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

HARVEY, David. *O enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanki. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo; Cortez, 2007.

MARX, Karl. *O capital: Livro I*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Família, Pobreza e Gênero: O lugar da dominação masculina*. Fortaleza. EDUECE, 2001.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo. Ed. Martin Claret. 2007. (Coleção obra prima de cada autor).

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Rev. Katál.* Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010

SILVA, Maria Lúcia Lopes. *Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, Izalene. *Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais*. Campinas. Ed. Alínea. 2004.

MORADORA de rua é assassinada com golpes de pedra. **CSNEWS**, Fortaleza, 10 nov. 2014. Polícia. Disponível em: <http://cnews.com.br/cnews/noticias/75962/moradora_de_rua_e_assassinada_com_golpes_de_pedra/>. Acesso em: 14 nov. 2014.